

EUGENIO NOVAES



Apesar das críticas, Mário Covas não perdeu o bom humor

25 FEV 1988

PLENÁRIO
CORREIO BRAZILIENSE

Esquerdas acusam Covas de traidor

Os discursos da Assembléia Nacional Constituinte, em sua curta sessão na manhã de ontem, criticaram a definição de relação de emprego aprovada pelo plenário na terça-feira. Os oradores, em sua maioria representantes da esquerda, não pouparam críticas ao líder do PMDB, senador Mário Covas (PMDB/SP). Ele era apontado como o responsável pela derrota da tese de estabilidade no emprego.

O primeiro a se pronunciar sobre o assunto foi o deputado Luiz Salomão (PDT/RJ). Ele acusou Covas de não ter se empenhado pela aprovação das teses dos sindicalistas, apesar de ter se apresentado como um dos

líderes dos representantes da esquerda na Constituinte.

Da mesma forma, o deputado Juarez Antunes (PDT/RJ) afirmou que o líder do PMDB deu "uma pancada formidável de traição nos trabalhadores". Para Juarez, o PMDB não poderia ter se recusado a conceder a estabilidade, por ser esta uma reivindicação antiga dos trabalhadores.

O único a defender o senador Mário Covas foi o deputado Mário Lima (PMDB/BA), presidente do Sindicato dos Petroleiros da Bahia por três mandatos consecutivos. Ele afirmou que ninguém poderia ter alimentado a ilusão de que a estabilidade no emprego seria aprovada pela Constituinte.

Casamento chega ao fim

O namoro do senador Mário Covas com os partidos de esquerda começou na fase das subcomissões temáticas, transformou-se em noivado nas comissões e chegou ao casamento durante a Sistematização. Errou, contudo, quem apostou numa união feliz e indissolúvel, pois o casal acaba de divorciar-se. O pivô da separação atende pelo nome de Centrão.

ele teve a sua liderança enfraquecida pelo surgimento do Centrão, deixou de negociar com os partidos e só se entende agora com os coordenadores daquele grupo".

Monteiro não chegou ao extremo de afirmar que uma eventual candidatura de Covas à Presidência estaria inviabilizada depois do acordo sobre a estabilidade. "O líder do PMDB continua a ser um dos presiden-

Revoltados com o acordo fechado por Covas com os centristas em torno da estabilidade, diversos líderes da esquerda passaram o dia de ontem lançando farpas contra o senador paulista. Não faltaram críticas sequer de alguns companheiros de bancada, especialmente dos dissidentes agrupados no Movimento de Unidade Progressista (MUP).

Aparentemente alheio aos comentários, o líder do PMDB afirmou que o tempo mostrará quem tem razão. Ele não demonstrou preocupação sequer com a ameaça dos sindicalistas da CUT, que pretendem incluir em destaque nas próximas edições dos cartazes intitulados "traidores do povo".

Na opinião do deputado Robson Marinho, amigo de Covas e um de seus vice-líderes na Constituinte, a campanha anunciada pela CUT não chegará a arruinar a imagem do senador, nem prejudicará uma eventual candidatura do líder do PMDB à Presidência da República. "Ele tem todo um passado de coerência política, de luta pelos trabalhadores, e além disso interpretou o sentimento de 75 por cento da bancada no que se refere à estabilidade", acrescentou.

DESGASTE

Para o deputado Brandão Monteiro, líder do PDT, contudo, todo o passado de Covas foi negado pelo acordo que firmou com os centristas. "Depois que

ciáveis, só que agora com sua imagem profundamente arruinada perante os trabalhadores".

O parlamentar pedetista considera "absolutamente legítimo" o anúncio da CUT de que passará a incluir Covas em seus cartazes. Na opinião de Brandão Monteiro, este é um dos poucos recursos com que contam as lideranças sindicais, que não têm condições — de manterem lobbies permanentes na Constituinte.

PMDB

Dentro do próprio partido de Covas, as opiniões a este respeito estão divididas. O deputado Ibsen Pinheiro, por exemplo, acha que a posição do senador perante o eleitorado chegou a fortalecer-se, uma vez que ele teria atendido aos interesses dos trabalhadores na questão da estabilidade.

Já Nelson Friedrich, do dissidente MUP, entende que o processo de negociação conduzido pelo líder do seu partido foi errado, enquanto o conteúdo do acordo com o Centrão não satisfaz aos anseios nacionais. Como Brandão Monteiro, o deputado paranaense acredita que Covas continua sendo um nome respeitável como possível postulante à Presidência da República, mas advertiu que a sua postura recente repercutiu "muito mal" tanto dentro da bancada como junto à opinião pública.

Indenização agrada mas Fiesp não pára

São Paulo (Sucursal) — Ainda saboreando a vitória obtida na Constituinte, com a rejeição das propostas de estabilidade para os trabalhadores, os empresários paulistas já iniciaram nova ofensiva sobre os parlamentares para verem inscritas na nova Carta as demais proposições importantes para o setor como a prescrição de ações trabalhistas e jornada de trabalho.

"O que vamos fazer é dar subsídios para os parlamentares, informando-os sobre o que a indústria gostaria que acontecesse na Constituinte", admitiu ontem o presidente da Fiesp, Mário Amato, ao comentar a decisão sobre a indenização compensatória para as demissões sem justa causa. "O que foi aprovado, que é a não-estabilidade, nos satisfaz bastante. A estabilidade seria prejudicial para o País e para o trabalhador", acrescentou. Para ele, não houve vencedores nem vencidos no episódio. Embora a indústria tenha restrições à multa de 40 por cento sobre o saldo do FGTS para as demissões sem justa causa.

O presidente da Fiesp rejeitou a definição de lobby para o trabalho feito pela comissão de

acompanhamento dos trabalhos constitucionais, instalada na entidade e que mantém ligação estreita com parlamentares do Centrão, tentando aprovar emendas do interesse direto do empresariado. "Não posso admitir que parlamentares votados pelo povo sejam submetidos a lobby", afirmou. Admitiu porém que será feita marcação cerrada sobre os parlamentares em todas as questões da Constituinte, com exceção das que dizem respeito a temas políticos como mandato do Presidente e sistema de governo.

Amato considerou uma "placida" a proposta do deputado Luiz Inácio Lula da Silva de nomear o presidente da Fiesp como presidente da Constituinte, pelas vitórias obtidas pelo empresariado nas questões sociais da nova carta. "O Lula precisa entender que em certos episódios há vitórias e em outros isso não acontece", disse, defendendo ainda o fim das posições radicais.

O presidente da Fiesp confirmou, ainda, estudos na entidade para propostas de modificação na política salarial, com a URP deixando de ser paga nos três meses após o dissídio.